

PETROPOLITANAS

POR LUANA MOTTA



Centro de Cultura Raul de Leoni em Petrópolis

Prorrogados prazos dos editais da Lei Aldir Blanc

O Instituto Municipal de Cultura (IMC) de Petrópolis prorrogou as inscrições para quatro editais da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB). Os prazos dos editais que terminariam nesta sexta-feira, foram prorrogados até 20/09; e dos dois editais que terminariam no dia 20, foram prorrogados até 25/09. A prorrogação se dá após protestos dos fazedores de cultura da cidade que,

mais uma vez, tiveram problemas no acesso ao sistema do IMC para envio de propostas no site da Prefeitura. No ano passado, a mesma situação aconteceu, os artistas não conseguiram incluir os documentos dos respectivos projetos no site da Prefeitura. Os editais estão na página da Prefeitura (Funcultura), no link: <https://web2.petropolis.rj.gov.br/imc/funcultura/>.

Emprego dos rodoviários

Na quarta-feira, 11, a equipe e diretoria do Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários de Petrópolis (Sind. Rodoviários) se reuniu com a Companhia Petropolitana de Trânsito e Trans-

portes (CPTTrans), para debater a preservação dos empregos dos trabalhadores da empresa Petro Ita, atualmente proibida pela Prefeitura de operar no transporte público de passageiros na cidade.



Caio Farias apresenta voz e violão no domingo

Primavere-se no Vilarejo com programação gratuita

As flores da primavera já chegaram no Shopping Vilarejo e com uma programação totalmente gratuita que vai durar todo o mês de Setembro. Neste fim de semana, o "Primavere-se" vai contar com moda, estilo, gastronomia, música e muitos descontos. No sábado e no domingo, a Praça do Sol será um verdadeiro palco de

descontos, onde as lojas e restaurantes vão expor, em um só lugar, com peças que podem chegar até 50%. No sábado, a criançada vai poder aproveitar um teatro de bonecos com a peça "A Corrida da Lebre e da Tartaruga", às 16h. No domingo, quem manda é a voz e o violão de Caio Farias, às 14h. Toda a programação é gratuita.

CPTTrans se compromete

O sindicato apresentou à CPTTrans uma lista contendo os nomes e funções dos funcionários da Petro Ita, que desejam ser realocados em outras empresas de transporte de Petrópolis, com apoio do sindicato e da própria CPTTrans. De acordo com o SindRodoviários,

a Companhia se comprometeu a entrar em contato diretamente com as empresas de transporte locais para verificar as possibilidades de realocação, buscando evitar um cenário de demissão em massa e o consequente aumento do desemprego na cidade.

Nova reunião é prevista

Durante a reunião, ficou acordado que um novo encontro será agendado em breve para dar continuidade às discussões sobre a realocação dos trabalhadores. "A reunião foi muito amistosa e percebemos nas colocações do presidente da CPTTrans,

Diogo Cezar Esteves de Araújo, o sincero desejo de preservar os empregos dos trabalhadores no sistema atual. Estamos esperançosos com o andamento das negociações", ponderou Glauco da Costa, presidente do sindicato.

Câmara de Petrópolis aprova texto base da LDO 2025

Novo texto passou em segunda discussão nesta quarta-feira

Por Gabriel Rattes

Nesta quarta-feira (11), o texto base substitutivo da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2025 foi posto em votação na Câmara de Vereadores de Petrópolis. Com 12 votos favoráveis e três abstenções, o texto foi aprovado em segunda discussão. O próximo passo será a discussão e aprovação da redação final do documento. A LDO já vem sendo discutida na Câmara desde o primeiro semestre do ano e o documento, pela primeira vez na história da cidade, havia sido reprovado em 2ª discussão. A rejeição se deu porque o documento possuía várias inconsistências apontadas pelos parlamentares. O documento aprovado é uma nova versão, reapresentada pela gestão municipal.

O dia 17 de julho de 2024 foi o prazo final para realizar a votação em 2ª discussão da LDO de 2025. No entanto, no dia da votação, pela terceira vez, foram encontradas inconsistências em valores. Na documentação, que estava incorreta, constava um aumento de cerca de R\$ 236,7 milhões na dívida do Instituto de Previdência e Assistência Social do Servidor Público de Petrópolis (Inpas), entre 2021 e 2023. Também foi apresentado um número de receita bruta menor do que a receita líquida do município.

Após três reuniões com os secretários do Governo Municipal, e nenhum consenso, dez vereadores votaram contra a LDO 2025, quatro a favor e uma abstenção. Então, em 31 de julho, a Câmara Municipal votou a favor da reapresentação do texto da LDO 2025, dada a importância do documento para a execução orçamentária do próximo ano. O texto então foi reenviado para a Câmara, com as devidas correções nos números de receita bruta e líquida e com uma nota técnica justificando o déficit nas contas do Inpas.



Reprodução/CMP

Os vereadores haviam rejeitado o texto após diversas inconsistências

"Vamos votar a LDO, mas se preparem para o orçamento, porque o que está colocado aqui, em termos de números, é um 'trem fantasma', a cada curva que você faz é um susto novo", enfatizou, nesta quarta-feira, o vereador Fred Procópio, ex-presidente da comissão de finanças da Câmara e que esteve à frente de todas as três reuniões com a gestão municipal.

Emendas modificativas

Ainda na sessão desta quarta-feira (11), os vereadores votaram em bloco sobre as emendas aditivas, modificativas e supressivas. Estas, são propostas dos próprios vereadores para realizar adequações no uso dos recursos públicos dentro da LDO e da Lei Orçamentária Anual (LOA). Com apenas sete votos a favor das emendas, dois contra e seis abstenções, a matéria foi recusada. Votaram a favor, as vereadoras Júlia Casamasso, Gilda Beatriz e os vereadores Eduardo do Blog, Marcelo Chitão, Domingos Protetor, Dudu e Júnior Paixão. Marcelo Lessa e Mauro Peralta votaram contra as emendas, se baseando que o próximo prefeito estará "engessado".

"A população fique sabendo que o próximo prefeito terá uma obrigação grande de enxugar a enorme máquina

administrativa. É um desafio e tanto para o próximo prefeito, devido aos erros administrativos causados pela gestão atual, mas foi modificada a LDO e não há como não votar. Eu voto negativamente a todas as emendas, porque o próximo prefeito estará engessado com esse monte de dívida que ele vai ter que pagar", enfatizou Mauro Peralta durante a sessão.

Para a vereadora Júlia Casamasso, que havia encaminhado 12 das 20 emendas modificativas, a não aprovação é uma derrota para a cidade. "Nós parlamentares temos a atribuição de nos debruçar sobre o orçamento público. É inadmissível que os nossos vereadores não estejam comprometidos em analisar e votar, de forma séria, o orçamento público do município. Entre as propostas rejeitadas estavam emendas que garantiriam recursos da LDO para mulheres vítimas de violência doméstica, além de propostas sobre transparência nas contas públicas, políticas públicas para idosos e para a promoção da igualdade racial, bem como a destinação de recursos para transferência de renda para moradores em situação de pobreza extrema, todas rejeitadas pelo plenário da Câmara", enfatizou Júlia.

Emendas parlamentares

A revisão do artigo 43 da LDO 2025, referente às emendas individuais parlamentares - ou conhecida por emendas impositivas -, também entrou em discussão na sessão de quarta (11). E foi aprovada a retirada do parágrafo único do artigo 43, que determinava uma regulamentação para essas emendas, isso porque um projeto de lei do vereador Fred Procópio já havia sido aprovado na Casa Legislativa, regulamentando tais emendas. Estas foram instituídas na legislação nacional pela Emenda Constitucional 86/2015 e são limitadas a 1,2% da receita corrente líquida (RCL) prevista no projeto encaminhado pelo Poder Executivo, dos quais serão, no mínimo de 0,6% destinados à saúde e/ou educação.

De acordo com o PL aprovado, cada parlamentar poderá apresentar até 25 emendas e é obrigatória a execução orçamentária e financeira por parte da Prefeitura. A infração será político-administrativa do Chefe do Executivo Municipal, sujeita ao julgamento pela Câmara dos Vereadores e sancionada com a cassação do mandato. Ainda de acordo com o projeto, o Poder Executivo poderá deixar executar as emendas impositivas apenas quando houver impedimento de ordem técnica.

Carta de compromisso aos candidatos pelo combate ao racismo ambiental

Divulgação/Cemaden

Na reta final para as eleições do próximo prefeito de Petrópolis, o Instituto TJNS - Todos Juntos Ninguém Sozinho, à frente de movimentos com foco no combate ao racismo ambiental e em prol da justiça climática na Região Serrana do Rio, lançou uma Carta de Compromisso dirigida aos candidatos, apresentando propostas em conjunto com diversas organizações da sociedade civil, indicando ações essenciais para proteger e melhorar a qualidade de vida dos petropolitanos.

Com questões voltadas para a justiça social, ambiental e climática, o documento expõe a necessidade de medidas urgentes, para que os números de pessoas impactadas por tragédias, como em 2022, possam ser reduzidos e a segurança das famílias seja o principal objetivo. "Não podemos mais esperar. Petrópolis precisa de líderes que compreendam a gravidade dos desafios que enfrentamos e que estejam dispostos a agir com coragem e responsabilidade. As propostas que apresentamos são fruto de um trabalho conjunto com a comunidade e especialistas, e visam garantir não apenas a segurança e resiliência de nossa cidade, mas também promover uma justiça social verdadeira, onde ninguém é deixado para trás", destaca Pamela Mércia, presidente do Instituto TJNS.

Entre as ações estão programas específicos para a inserção das vítimas de tragédias climáticas no mercado de trabalho, es-



Petrópolis enfrenta desafios frente às mudanças climáticas

pecialmente mulheres chefes de família, acesso facilitado a creches e escolas em tempo integral, e a criação de um programa de renda básica de emergência para famílias afetadas por desastres. Além disso, o Instituto propõe a criação de uma Secretaria de Meio Ambiente e Mudança do Clima, que será responsável por desenvolver planos de resiliência e buscar financiamentos para projetos de adaptação e segurança.

"Foi uma generosa e importante articulação do TJNS construir uma carta-compromisso que destaque as questões climáticas, desastres e racismo ambiental na cidade e construa a correção e colaboração com mais organizações da sociedade civil. Estes e outros temas estão compondo o caderno de políticas públicas que o CDDH constrói com as comunidades e participantes dos projetos. Iniciativas de construção coletiva e compromisso político

precisam ser sempre muito valorizadas", comenta a Coordenadora do Centro de Defesa dos Direitos Humanos (CDDH), Carla de Carvalho.

A carta também enfatiza a importância de fortalecer as redes de apoio psicossocial nas comunidades, de forma a oferecer atendimento psicológico e grupos de apoio para vítimas de desastres, tendo esta rede como algo permanente, como política pública e não pontualmente a ser estabelecido a partir do momento de necessidade. Para isso, o objetivo é ter critérios e metodologia já estabelecida e organizada para atuação imediata e contínua dentro da necessidade de cada pessoa atingida.

"A saúde mental de pessoas que vivenciam uma situação de desastres é uma preocupação significativa, pois eventos potencialmente traumáticos podem causar impactos profundos e du-

radouros no bem-estar psicológico, como ansiedade, depressão e transtorno de estresse pós-traumático, que podem comprometer sua capacidade de recuperação e adaptação a novas realidades. Fortalecer as redes de apoio psicossocial nas comunidades é essencial para mitigar esses efeitos, oferecendo suporte emocional e psicológico, proporcionando um espaço seguro para que as vítimas compartilhem suas experiências e encontrem solidariedade. Para que essas redes sejam eficazes, é necessário capacitar profissionais, como psicólogos e assistentes sociais, e integrá-los aos sistemas de saúde pública e serviços de emergência. Além disso, é fundamental promover a conscientização sobre a importância do apoio psicossocial, reduzindo o estigma associado à busca por ajuda", pontua a especialista em emergências e desastres, Ariel Pontes.

O documento será apresentado aos candidatos Rubens Bomtempo (PSB), Yuri Moura (PSOL), Hingo Hammes (PP), Eduardo do Blog (REPUBLICANOS) e Doutor Santoro (NOVO), para que leiam e assinem a Carta de Compromisso. "Esperamos que todos os candidatos não apenas assinem, mas se comprometam realmente a tentar implementar algumas dessas propostas. Petrópolis não pode mais ser palco de tragédias evitáveis. É nosso dever garantir um futuro melhor para nossos cidadãos", conclui Pamela Mércia.